



O PIBID NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03: O QUE APRENDEM AS CRIANÇAS E AS GRADUANDAS?

Priscila Maria de Souza Camilo¹, Josivânia Alves da Silva², Juliana Mayane Sobreira Xavier³, Edivone Meire Oliveira⁴

A Lei nº 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica, representa um marco fundamental na luta pela igualdade racial e na valorização da diversidade cultural no Brasil. Contudo, sua implementação efetiva ainda enfrenta desafios significativos, sobretudo no que diz respeito à formação docente e à construção de práticas pedagógicas comprometidas com uma educação antirracista. Nesse contexto, este trabalho visa relatar as experiências pedagógicas vivenciadas no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), com base na implementação da Lei 10.639/03, bem como identificar os aprendizados de crianças e graduandas. O relato foi realizado na Escola de Ensino Fundamental São Francisco, em Crato, Ceará, com uma turma do 1º ano, por meio do projeto “A África que nós falamos”, construído através do PIBID-Alfabetização da Universidade Regional do Cariri (URCA). O estudo utilizou como embasamento a Lei nº 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. A pesquisa mostra práticas que envolvem atividades lúdicas de alfabetização e letramento com enfoque racial, articuladas de forma transversal com diferentes linguagens, como contação de histórias, artes visuais, musicalização, jogos e oficinas, visando promover não apenas o desenvolvimento linguístico, mas também a valorização da diversidade étnico-cultural. Na experiência, foram trabalhadas três obras de literatura afro-referenciada: “A África que você fala”, de Claudio Fragata; “Letras de Carvão”, de Irene Vasco; e “Olelê: uma antiga cantiga da África”, de Fábio Simões. Com isso, evidenciamos que as crianças se apropriaram do sistema de leitura e escrita alfabética, ampliando, ao mesmo tempo, seus repertórios culturais e seus aspectos identitários. Paralelamente, às graduandas vivenciaram uma formação docente crítica e sensível às questões étnico-raciais, compreendendo os desafios e as potencialidades da implementação da Lei 10.639/03. Possibilitando, portanto, reconhecer a

¹ Universidade Regional do Cariri, email: priscila.souza@urca.br

² Universidade Regional do Cariri, email: josivania.alves@urca.br

³ E.E.F. São Francisco, email: jumayanne@gmail.com

⁴ Universidade Regional do Cariri, email: edivone.oliveira@urca.br



importância do programa para a formação de docentes aptos a lidar com a diversidade no espaço escolar e quais ações pedagógicas podem ser adotadas para que a lei se efetive. Sendo o primeiro passo refletir sobre as práticas existentes e, o segundo, repensar novas abordagens que reconheçam, valorizem e respeitem a história e contribuições dos povos africanos para a formação da identidade brasileira.

Palavras-chave: Literatura afro-referenciada. Lei 10.639/03. Diversidade.

Agradecimentos:

Expressamos nossos mais sinceros agradecimentos às crianças participantes e à Escola São Francisco pelo acolhimento e pela relevante colaboração no desenvolvimento das atividades. Reconhecemos, ainda, o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agência financiadora do programa, cujo incentivo foi fundamental para a realização deste trabalho.